

O Brasil, Pierre Monbeig e a geografia do desenvolvimento

Larissa Alves de Lira
Departamento de Geografia - UFMG
lara.lira@gmail.com

Resumo

Este artigo visa a discutir de maneira crítica um dos elementos da herança teórica que o geógrafo Pierre Monbeig desenvolveu no Brasil e que possui pouco eco no debate historiográfico brasileiro: Monbeig teria elaborado raciocínios que, sem negar suas heranças epistemológicas francesas, resultaram na compreensão geográfica do processo de modernização do território e da lógica espacial do processo de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Geografia. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Caio Prado Jr. CEPAL.

Brazil, Pierre Monbeig, and the Geography of the development

Abstract

The paper aims to discuss critically one point of the Pierre Monbeig's heritage, theoretically speaking, in Brazil, which gets little recognition in the historiographic debates in Brazil: the geographer Pierre Monbeig elaborated in Brazil reasonings that, without denying his French heritage, results of understanding the geographical process of the territory's modernization and the spatial logic of the development.

Keywords: Geography. Development. Underdevelopment. Caio Prado Jr. CEPAL.

Introdução¹

É conhecida a trajetória do jovem geógrafo francês Pierre Monbeig entre a comunidade de geógrafos brasileiros. Ele chega ao Brasil em 1935 para contribuir com a fundação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Os marcos mais importantes da história da institucionalização da Geografia no Brasil já foram bastante salientados.² Porém, algumas controvérsias ainda emergem nessa narrativa.

Formado em Geografia na Sorbonne entre 1922 e 1925, na França, sob influência direta de Albert Demangeon e indireta de Vidal de la Blache, cuja morte data de 1918, Pierre Monbeig é, para alguns, o legítimo representante da escola geográfica

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa que contou com o financiamento da FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

² Cf. Aziz Ab'Saber (1994), Andrade (1987, 1991), Silvio Bray (1983), Antonio Carlos Vitte (2011), Salgueiro (2006), Lemos e Galvani (2009), entre outros.

francesa no Brasil, para outros, um intelectual aberto à experiência da alteridade e às mudanças que alguns princípios importantes da Geografia de Vidal de Blache poderiam sofrer no Brasil. Essa suposta incompatibilidade de leituras, essa controvérsia, por assim dizer, é pertinente? A esta divergência de leituras poder-se-ia atribuir respostas que apontassem novas hipóteses, a partir da análise das fontes e de um método de interpretação adequado?³

Menos conhecida, portanto, são as transformações *lentas* pelas quais passa a geografia de Vidal de la Blache em territórios como o Brasil, desde o começo até meados do século XX, momento que marca a constituição de uma geografia regional moderna no Brasil (LIRA, no prelo). Na verdade, as transformações da geografia vidaliana, vistas sob a ótica de um processo complicado e conflituoso vivido no desenrolar do século XX, expressam-se por uma *lenta* erosão do seu paradigma principal, a geografia com base em uma visão regional, em contato com múltiplas novas realidades. A explicação das causas dessa erosão é uma historiografia atualmente em elaboração na França (ROBIC, 1988, ORAIN, 2000) e em outros países. Captar o movimento lento desse deslizamento paradigmático, desse processo de reconstrução por aproximações e reaproximações sucessivas, avanços e recuos, em uma abordagem realista dos fatos, ou seja, que compreenda o seu desenrolar, explorando as causas e os processos nos seus mecanismos e em durações adequadas, além das suas próprias idiosincrasias, depende da utilização de um método adequado em história intelectual.

Em fins do século XIX, a geografia francesa já havia passado por muitas transformações intelectuais: já havia transitado dos estudos eruditos do Mediterrâneo para os estudos modernos (LIRA, 2013), de forma que havia começado buscar explicações para o processo de colonização das regiões marítimas por forças modernas, como a indústria e a ferrovia. A inauguração do canal de Suez, a unificação dos Estados italiano e alemão, a expansão das ferrovias, o impacto da colonização, tudo isso já começava a ser levado em conta por Vidal de la Blache. Já havia também sido chamada

³ Reproduzimos aqui alguns posicionamentos interpretativos divergentes: “Pierre Monbeig, confrontando a teoria da escola regionalista francesa com a complexidade da dinâmica brasileira de ocupação rural e urbana da primeira metade do século XX, mostrou serem necessárias novas formas de se pensar a Geografia” (VASCONSELOS, et. All., 2012).; “Desejamos discutir neste texto que as interpretações que Pierre Monbeig apresenta não são, de fato, verdadeiras análises de uma geografia de viés marxista desenvolvida no Brasil nos anos subsequentes. Contudo, tal análise não se encaixa nos padrões da geografia tradicional(...)” (FERNANDES, 2011, p. 45).

a dar explicações sobre a crise mundial de 1929 e sobre a erosão do sistema mundial moderno através das publicações de Albert Demangeon (WOLFF, 2005). A primeira guerra foi uma triste oportunidade de expandir o conhecimento dos terrenos de pesquisa para os geógrafos (GINSBURGER, 2010). Além disso, zonas como as do Báltico e do Mar Negro já estavam amplamente incorporadas no edifício teórico dos geógrafos vidalianos, a partir do estágio de pesquisa doutoral de Emmanuel de Martonne na Europa do Leste (DELFOSSÉ, 2001). Por fim, a América Latina começava a ser redescoberta com Pierre Denis, (VELUT, 2009), e Henri Hauser (CLAVAL, 2006) e Fernand Maurette (CARRUPT, 2015), impulsionando na França os estudos de geografia econômica no âmbito de um público amplo.

Ademais, para adensar esse quadro de transformações, a geografia francesa participa de um movimento intelectual e diplomático de exportação de seus representantes para outros países e de expansão das zonas intelectuais que se pretendiam incorporadas nas redes de uma nova geografia universal (DELFOSSÉ, 1998). A vinda de Pierre Monbeig para o Brasil é marca desse contexto (LIRA, no prelo). Assim, o Brasil pode também ser terreno de verificação sobre o processo de adaptação da geografia francesa em territórios exteriores a seu “centro de cálculo” (LATOURE, 2000). O que aconteceu com a geografia de estilo vidaliana quando praticada e concebida no Brasil por Pierre Monbeig? Esta é a primeira pergunta que orienta o desenvolvimento deste artigo.

O próprio Monbeig pressentiu que o pensamento de Vidal de la Blache podia ser reconstruído em espaços brasileiros, latino-americanos e que essas reconstruções podiam ser remetidas novamente à escala mundial já em uma etapa mais avançada de seu amadurecimento intelectual: “a cidade da América Latina não é certamente a cidade europeia nem uma réplica da América do Norte: ela exprime uma civilização original” (MONBEIG, 1957, p. 252). Portanto, um Monbeig já mais maduro, em 1957, é consciente desses processos de transformação da geografia francesa no Brasil. Quais são essas transformações? Como elas ocorreram, e, sobretudo, *por que* elas ocorreram?

Advogamos serem essas questões, derivadas da primeira, aquelas que nos competem responder ao longo deste artigo, sob a luz de uma abordagem metodológica específica. A hipótese que será desenvolvida é que o cerne da diferenciação entre a

geografia de Pierre Monbeig e àquela que se desenvolve na França, com avanços e recuos, é que no Brasil Pierre Monbeig desenvolveu uma geografia já bastante calcada no problema do desenvolvimento econômico e social,⁴ ainda que associada a uma geografia de tipo literária e descritiva. Adiantada a hipótese de pesquisa, a terceira questão a que cabe responder é: qual é a concepção geográfica de Pierre Monbeig sobre o desenvolvimento do Brasil?

Metodologia, hipóteses e corpus documental

É importante introduzir a ideia de que, segundo nossa metodologia, acreditamos que o próprio terreno brasileiro coloque exigências heurísticas específicas à geografia francesa que Pierre Monbeig desenvolve no Brasil, para compreensão de seus processos de formação territorial, de sua civilização e de sua sociedade. Nesse sentido, vamos defender o argumento de que a geografia francesa circula nos espaços mundiais e se acomoda sobre uma espécie de estrutura intelectual brasileira já constituída, de uma infra mentalidade que refletiria as características do próprio Brasil, ou seja, do próprio ambiente intelectual que aqui encontra. Trata-se de uma metodologia em história da ciência que denominamos de geo-história dos saberes.

A hipótese principal cuja demonstração é desdobrada neste artigo é a seguinte: no Brasil, a geografia de origem francesa trazida para o espaço latino, americano e tropical por Pierre Monbeig, é tensionada a explicar a questão do desenvolvimento, mas não se manifesta em uma geografia *do* desenvolvimento, enquanto campo ou teoria autônoma em relação à abordagem regional. Por sua dimensão continental, pelo problema persistente da tropicalidade (que assume tanto o viés de chuvas abundantes, quanto da seca associada a uma urbanização desenfreada), pelo seu passivo colonial, escravista e latifundiário, os intelectuais franceses, e depois os brasileiros, sentem a pressão por encontrar caminhos pelos quais o Brasil poderia ingressar no mundo das nações modernas e desenvolvidas. Essa é uma condição que estaria subjacente e que a intelectualidade francesa encontra no Brasil, no caso de Monbeig, entre 1935 e 1953, e a intelectualidade brasileira, sob o nosso ponto de vista,

⁴ Ao longo deste artigo, entende-se o termo “desenvolvimento” em um sentido lato, ou seja, um pensamento de tipo histórico e projetivo que visa promover um melhoramento geral das condições econômicas e sociais de um país.

já havia incorporado.⁵ Ademais, Pierre Monbeig não deixa de estabelecer um diálogo com autores mais abertamente preocupados com o problema do desenvolvimento: Caio Prado Jr e os economistas da CEPAL.

Acerca desta tese, cabe uma palavra sobre o problema do anacronismo em história intelectual. Para defender essa hipótese é necessário permitir-se ilusões retrospectivas? O termo “desenvolvimento” surge no espaço acadêmico um pouco mais tardiamente? Que espaço acadêmico? No ambiente político global, surge em 1956, com o discurso de Henri Truman nas Nações Unidas. O golpe getulista de 1930, porém, já tinha a intenção de adotar uma postura que tem o planejamento estatal como objetivo, mobilizando uma visão projetiva para geografia e para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no âmbito do Estado brasileiro. Mas, a interpretação do ambiente intelectual, neste caso, não deve ser confundida com a reflexão dos próprios atores. Assim, quando afirmo que a geografia de Monbeig tendia à compreensão do processo de desenvolvimento dentro de uma abordagem que lhe era própria, não estou afirmando que ele tivesse plena consciência dessas injunções epistemológicas.

Ademais, reafirmamos a importância do raciocínio espacial para pensar processos de construção das disciplinas, dentro de seus contextos temporais, sociológicos e espaciais, e para a compreensão das múltiplas centralidades e das visões de mundo próprias de regiões e países e que cujos processos sociais podem atingir as teorias científicas. Ao mesmo tempo, a geo-história dos saberes (Cf. Lira, no prelo) oferece formas de cognição dos processos intelectuais com durações mais realistas na reconstituição do transcurso de construção da ciência, uma questão de ritmos vistos na longa duração, e recoloca o espaço como dimensão que enquadra desdobramentos sociológicos, políticos, culturais, econômicos, e das ciências, compreensão que é trazida novamente à tona pela corrente em história da ciência que advoga a virada espacial para compreender esses processos e por uma geografia das ciências (Cf. GREGORY, 2000; LIVINGSTONE, 2005).

Para pensar como a geografia de Pierre Monbeig se volta à preocupação com o desenvolvimento do Brasil, nosso escopo temporal são seus trabalhos sobre esse país, produzidos a partir de 1952, data de publicação de sua tese na França, até os

⁵ Um pensamento *aménagiste*, por exemplo, já havia sido desenvolvido por Cândido Rondon, pelo engenheiro Francisco Behring (DUARTE, 2013) e por Teodoro Sampaio.

arredores de 1957, data da segunda publicação de *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. Vamos compreender que Pierre Monbeig elabora uma concepção de desenvolvimento sobre o Brasil em três etapas mais ou menos paralelas e concomitantes à construção de seu pensamento. Primeiro, ele pensa quais são as mazelas do Brasil, principalmente quando o espaço brasileiro está associado ao mercado mundial, desenvolvendo uma abordagem crítica e associado ao pensamento de Caio Prado Jr. Depois, Pierre Monbeig enfrenta o problema do desenvolvimento econômico do ponto de vista do esclarecimento da dinâmica estrutural da colonização do Brasil, o que é a sua originalidade. Por fim, ele dialoga com um raciocínio projetivo sobre a correção de rumos da dinâmica territorial e econômica brasileira que começava a se desenvolver na CEPAL (Comissão econômica para América Latina e o Caribe), visando a esclarecer as condições geográficas para superação da condição do chamado “sub-desenvolvimento”, termo que ele adota nos arredores de 1957.⁶ Mas ele desenvolve uma geografia voltada ao problema do desenvolvimento, mas não uma geografia do desenvolvimento, ou uma teoria geográfica do desenvolvimento, preservando assim a unidade da geografia regional. Por quê?

Os contextos de produção dos “estudos práticos”

A preocupação de Pierre Monbeig com a questão do desenvolvimento é pioneira em 1952, considerado o contexto francês. Marie-Claire Robic nos auxilia a traçar diferentes situações em que os geógrafos franceses foram progressivamente se envolvendo em “questões práticas” e de solução dos problemas do mundo contemporâneo. Aparentemente, o tema do desenvolvimento não aparece em solo francês antes de 1960, e a culminância do debate econômico nesse período não se dá em termos de estratégias de refundação de uma estrutura social. Com essa noção, definimos uma das características da concepção de desenvolvimento em voga nos estudos de Pierre Monbeig no Brasil: havia uma sensação de que a sociedade brasileira precisava ser batida sob novas bases, com auxílio dos processos geográficos e econômicos conduzidos pela sociedade com a ajuda dos intelectuais, e boa parte desta defesa era

⁶ Vou deixar de lado a relação de Pierre Monbeig com a geografia norte-americana, que, nessa época, também desenvolvia uma geografia de tipo aplicada, projetiva e imperialista, defendida por Smith, através do papel exercido por Isiah Bowman (2004).

incorporada pelos escritos e atuação de Caio Prado Jr na academia e em meio político (IUMATTI, 2008). Ao contrário, na França, no mesmo momento, aparece uma noção ainda bastante liberal, ou seja, de se fazer acelerar o crescimento econômico e ajustar sua distribuição em termos de aumentar o equilíbrio social perdido com as guerras. As bases da sociedade, porém, não pareciam estar sendo colocadas em xeque pela intelectualidade de geógrafos em geral.

A tese de que Pierre Monbeig tenha desenvolvido de maneira pioneira um pensamento sobre a questão do desenvolvimento, em 1952, e, logo em seguida, do subdesenvolvimento, em 1957, pelas próprias exigências heurísticas do território brasileiro, parece então pertinente. Parece também pertinente a ideia de ter incorporado literaturas de intelectuais brasileiros que já se dedicavam à questão da superação das mazelas do Brasil. Acreditamos que os intelectuais franceses que estiveram no Brasil e os intelectuais brasileiros em cujas ideias eles também se inspiraram, estavam impulsionados por um duplo polo de exigências heurísticas. De um lado, sofriam a tentação social de explicar as mazelas sociais herdadas do período colonial no Brasil. De outro lado, eram tensionados geograficamente a ver a América Latina como associada ao centro das economias centrais (MAGDA, 2014). As dimensões sociais e sistêmicas, nos seus aspectos geográficos, caracterizavam a especificidade primária do pensamento social francês e brasileiro que se desenvolveu nesse território. A primeira abordagem de Monbeig sobre o tema é uma abordagem crítica.

A dinâmica geográfica e o “sentido da colonização”, de Caio Prado Jr.: uma perspectiva crítica

Ao longo de toda a sua trajetória de pesquisa, Pierre Monbeig sempre se mostrou muito afeito às proposições de Caio Prado Jr. Sua apreciação crítica ao modelo capitalista voltado para o mercado internacional já é incorporada por Monbeig muito antes da publicação de sua tese em 1952, em uma resenha à obra do geógrafo americano Carl Sauer, publicada em 1942 em português. Nas palavras de Monbeig, podia-se imputar aos geógrafos franceses a evidência de que a conquista do solo pelo homem é remotíssima (não remontaria ao neolítico?) e promotora de uma especialização crescente do meio físico e geográfico graças aos gêneros de vida. Ao longo da história, o homem direcionou o uso da natureza em função de uma variedade estreita de

habilidades herdadas (MONBEIG, 1942). Porém, na agricultura comercial, “esta rarefação é levada tão adiante que a reconstituição integral é praticamente impossível” (MONBEIG, 1942, p. 80).

Transversalmente à padronização de vastas áreas, uma eliminação de espécies é recorrente nos países novos. A integração do Brasil **sem resistências** a um capitalismo especulativo internacional tem efeitos não apenas na paisagem como também na sustentabilidade ambiental. A ideia de o território brasileiro estar diretamente associado ao mercado mundial, ideia que está na base do conceito de “sentido da colonização”, de Caio Prado Jr, é retomada por Monbeig ao longo de toda a sua obra.

“A terra arável se esgota pela cultura reiterada da mesma planta em cada ano, e é deixada, sem manto protetor, ao trabalho lento e obstinado das chuvas, dos ventos, da alternância de temperatura. Sistema de cultura voltado para o comércio especulativo de um produto básico, existente em todos os países jovens, enquanto no velho mundo uma harmoniosa combinação extremamente antiga faz completar a criação e a cultura, de tal sorte que o solo não conhece esta nudez perigosa durante as estações de chuvas violentas ou de insolação dessecante. Na Europa e em algumas regiões do nordeste dos Estados Unidos, a agricultura adotou um sistema que economiza o solo e a **economia rural conserva ainda alguns dos traços da economia doméstica providente e prudente**. Aí o capital natural permanece intacto; reforma-se sem cessar graças à alternância das culturas e à combinação cultura-criação, enquanto que nos países jovens o solo arável desaparece, deixando somente a rocha nua e inútil. **De um lado uma economia e uma técnica conservadora; de outro uma técnica brutal, saída da economia capitalista**”. [grifos nossos] (MONBEIG, 1942a, p. 82).

Observa-se desde já uma perspectiva crítica à vinculação direta do Brasil ao mercado internacional. Em 1952, Pierre Monbeig defende que esse é um dos fatos que acelera a devastação ambiental do território brasileiro, ou seja, esta vinculação direta ao mercado internacional, que não possui hiatos sazonais, é devastadora para a agricultura nacional. Uma vez unificada a demanda em um mercado global, as sazonalidades são anuladas, e a demanda se renova de forma mais veloz do que se estivesse tratando de uma economia nacional. O Brasil e sua economia, cujo sentido é a satisfação dessa demanda num ritmo veloz de acumulação do capital, ingressa num ciclo frenético de exploração de seu território e devastação das florestas em prol da zona pioneira, intensificando os processos erosivos do solo tropical pela extrema velocidade em que o ciclo se renova com a concorrência de mercado. A velocidade dos processos geográficos no Brasil se explica pela sua íntima associação com o mercado mundial,

visto sob o prisma da geografia, daí a importância que Monbeig confere à análise dos calendários agrícolas. O tempo do Brasil é o tempo do mercado mundial: "Estes [os pioneiros e fazendeiros] estão mais apressados em fazer fortuna do que desejosos de se fixarem e menos satisfeitos com a posse de uma terra sua, do que fascinados pelos vastos espaços verdes." (MONBEIG, 1984 [1952], p. 75).

Essa perspectiva crítica de Monbeig, em associação às intuições essenciais de Caio Prado Jr, torna-se bastante evidente em 1957. Ao comparar a origem do processo de valorização das terras de alguns países africanos com as do Brasil, aparece, mais uma vez, como este último país é visto por Monbeig como um anexo da expansão econômica atlântica. Foram as relações com a Europa, após a independência, que permitiram uma acumulação de capital em terras brasileiras, sem romper com a lógica da dependência externa (MONBEIG, 1957a, pp. 167-168). Porém, Pierre Monbeig dá contornos geográficos ao problema do sentido da colonização e o efeito dessa orientação para os problemas de colonização interna do território.

Baseados nessa hipótese, de um pioneirismo temático de Monbeig em relação à geografia francesa quanto à questão do desenvolvimento, pioneirismo estimulado pela própria posição que ele ocupa no Brasil, que, por sua vez, situa-se em posição periférica na economia e ciência-mundo, Monbeig estaria desde então preocupado com o processo de mudança de patamar das "forças produtivas" do Brasil e com os olhos postos sobre sua dinâmica geográfica. À vista disso, gostaríamos de expor uma controvérsia que precisaria ser verificada. Alguns autores caracterizam Monbeig como um geógrafo de ideologia liberal. Como sustentar posições teóricas de tipo crítico, em contato com as ideias de Caio Prado Jr, historiador marxista, em se tratando de um personagem supostamente apolítico, liberal (do ponto de vista econômico), aliado de uma burguesia regional, como sustenta parte da historiografia? Acreditamos que há um grande equívoco em associar Pierre Monbeig às visões políticas da burguesia paulista.⁷

⁷ Alguns autores afirmaram que Monbeig mantinha contato com a elite liberal paulista e que isso seria um sinal de seu engajamento. Porém, acreditamos que as relações que Monbeig mantinha com a elite paulista em nada confirmam sua postura ideológica. Ninguém que tenha amigos ou parceiros de determinada posição política pode ser reduzido à tal. "Outro elemento que reforça a aproximação entre o pensamento de Pierre Monbeig e os desígnios ideológicos dos grandes fazendeiros paulistas é a relação de proximidade que o francês estabeleceu com alguns dos maiores produtores de café do estado (...)"

Descortinando um movimento espacial: o cerne da originalidade de Monbeig

Quais eram as ideias sobre colonização de Monbeig? A tese de Monbeig é subdividida em três “livros”. O livro primeiro trata das “condições naturais e históricas”, o segundo livro trata da “marcha pioneira” e o terceiro livro trata do “mundo pioneiro atual”. É o terceiro livro que nos interessa mais particularmente para o tema aqui tratado. Nesse livro, ao versar sobre a atualidade daquele momento, ele indica a importância do estudo regional para se conhecerem realidades sobreviventes, que são atuantes naquele mundo, podendo oferecer, assim, uma possibilidade de ação em torno da questão do planejamento da colonização. A primeira pergunta que Pierre Monbeig se coloca é: a marcha pioneira, motivada por estímulos econômicos que são superestruturais, como é o avanço do capitalismo sobre novas terras, será capaz de formatar uma paisagem regional, entendida essa paisagem regional como de construção de uma civilização brasileira? A ideia de região, aqui, está relacionada à noção de pertencimento a uma coletividade, de trabalho e hábitos contínuos para um bem comum.

A segunda pergunta essencial de sua tese, questão que mobiliza, aliás, pressupostos de uma geografia comparada, era se este processo de mudança dos patamares das forças produtivas no Brasil, como, por exemplo, o processo de mercantilização do campo, se deu da mesma maneira daquele que ocorreu na formação das paisagens europeias. Este escopo comparativo é fundamental para pensar o modo como os diferentes países ingressam em um sistema moderno. Existe aqui um pensamento sobre a totalidade que é importante para pensar a inserção do Brasil em uma economia-mundo.

Por fim, uma terceira pergunta se baseia já em uma hipótese: uma vez que a marcha pioneira é um transporte de uma civilização já constituída sobre novas terras, este novo espaço será capaz de moldar algo novo? Um espaço aparentemente vazio é determinante para conformar novos gêneros de vida, novas sociedades, novas economias? Até onde vai o poder da natureza e do meio geográfico na formação de

(NOGUEIRA, 2013, p. 139). Ao contrário, acreditamos que quando Pierre Monbeig observa que a burguesia nacional esteve empenhada na modernização capitalista e territorial do Brasil, ele não o faz esquecendo o lado perverso deste movimento: a captura do Estado, a exploração da condição empobrecida do sertanejo, a falta de democratização da terra, o desmatamento acelerado. O argumento não leva em conta, ademais, a ordem argumentativa interna da própria obra de Monbeig, em que, para ele, os fazendeiros teriam sido apenas *um dos grupos* de pioneiros, seguidos por gente pouco íntima com os grandes empreendimentos, o trabalhador imigrante e depois nordestino e os sítiantes.

novos cenários, estruturas econômicas e sociais e modos de relacionamento com o mundo moderno? Vemos que todas as questões estão diretamente relacionadas às questões clássicas da geografia regional, mas também das urgências colocadas pela própria realidade brasileira.

As conclusões a que chega Monbeig, se antecipadas, podem nos ajudar a melhor compreender as articulações e problemáticas da tese em que ele toca na questão da colonização. A primeira delas: a marcha pioneira, apesar de bastante similar, não repete a formação das paisagens europeias. É certo que as similitudes são grandes: a rodovia que cria a região, as fundações urbanas animadas por indivíduos, uma paisagem em princípio desordenada, vastos espaços vazios, rendimentos a princípio frágeis, colonização provisória e muitas vezes itinerante. Marc Bloch é chamado ao argumento, como um modelo do que se passara na Europa Medieval. Contudo, a conclusão de Monbeig nada tem de hesitante: a história não se repete.

“A rodovia criadora da região, a fundação urbana, que prospera graças à proteção de um personagem poderoso, a demarcação das terras, uma exploração a princípio desordenada dos solos e que pouco a pouco tende a organizar-se melhor, nada disso parece tão original quando se pensa na geografia das campanhas europeias. Falando da Alta Idade Média, descreve Marc Bloch, nas aglomerações, os homens [que] viviam chegados uns aos outros. Mas, essas aglomerações ‘eram separadas por múltiplos vazios: eram fracos os rendimentos com os sistemas de cultura, e eram necessários grandes espaços de terra arável: não passavam os campos de provisórias e breves conquistas sobre os terrenos incultos... tendendo incessantemente a natureza a sobrepor-se’. E, mais adiante, assemelha-se a uma descrição da fazenda tropical essa análise do senhorio: esta compreende duas áreas, de um lado o domínio cujos frutos o senhor recolhe diretamente; de outro, as concessões, pequenas ou médias explorações camponesas. Formaram-se tais concessões, distribuindo-se lotes pelos escravos, transformados em arrendatários, no momento em que os vastos espaços dos latifúndios tornaram-se mediocremente rentáveis, mediante a exploração direta. Pensa-se logo na história do colono que [se] torna meeiro, quando já não é bastante lucrativa a cultura do café. Não será a mesma evolução? *Mutatis mutandis*; **a história não se repete**” [grifos nossos] (MONBEIG, 1984, [1952], p. 389).

Se a história não se repete, é porque algo novo se construiu no Brasil, orientado pelas próprias forças da natureza, segundo Monbeig. O mercado mundial não encontra aqui um terreno plano, sem rugosidades. Se é verdade que, nos interstícios da colonização de exploração, há uma colonização de povoamento que se assemelha ao que ocorreu na Europa, há, na zona pioneira, uma diferença fundamental: a vinculação ao mercado mundial e a escala do tempo. Em São Paulo, o colonizador tem pressa. O

mercado mundial lhe impõe uma demanda frenética. Enriquecer pode se dar em poucos anos. O curioso é que são justamente os camponeses do Mediterrâneo, previdentes, que Pierre Monbeig teve a chance de conhecer durante uma passagem na Espanha antes de vir ao Brasil, que aqui se transformam em plantadores, abandonando a sua condição camponesa.

Mas o mundo pioneiro se resume a esta destruição? Para Monbeig, nos interstícios da exploração capitalista se desenvolve uma sociedade que se esforça por oferecer uma solução aos obstáculos que lhe fazem face. Na zona pioneira também se constroem fortunas civilizacionais. O equipamento industrial, ligado às cidades, é o elemento mais notável desta luta. Ele significa romper com esta vinculação extrema ao mercado mundial e ao comércio exportador. Um melhor conhecimento da terra se verifica.

“Riqueza efêmera, essa da franja pioneira, poderá objetar-se. Mas, lá foram construídas fortunas muito sólidas. No século passado, ensinaram elas a construção de estradas de ferro; e neste século, não deixam de concorrer para o equipamento industrial do Brasil. Portanto, o país inteiro ganha com essa riqueza. O fato de haver um grupo financeiro brasileiro adquirido, durante a guerra mundial, a empresa britânica no norte do Paraná, evidencia a ligação cada vez mais íntima entre o mundo dos negócios, o da indústria e o das empresas de colonização interna. Entre a franja pioneira e as indústrias das grandes cidades, estabelecem-se relações cada vez mais estreitas: para o Brasil, passou a hora em que toda a produção se destina ao comércio exportador; têm os produtos da terra um mercado nacional que se alarga, de ano para ano. A economia pioneira só tem a lucrar com essa evolução, pois ficará assim menos exposta às crises da economia mundial” (MONBEIG, 1984, [1952], p. 391).

Pierre Monbeig dialoga diretamente com o debate sobre as colônias de exploração e de povoamento, mostrando como essa dialética se desenvolve no Brasil de maneira geográfica. No pensamento de Monbeig, o Brasil pioneiro, representado pela lógica da exploração, e o moderno, representado pela lógica do povoamento, articulam-se no processo de valorização das terras (em que os sitiados são cada vez mais atraídos para as novas zonas), pelo ciclo pedológico e pelo aumento ou queda dos preços do café no mercado global, vindos do sertão e da metrópole. Porém, na retaguarda desse processo, o envelhecimento das antigas zonas reproduz um modelo histórico mais estável, favorecidas pelo que resta das linhas ferroviárias e circunscritas pela dinâmica interna. No seu ponto de origem, o planalto paulista que abriga a metrópole também se alimenta da dinâmica da zona pioneira, pois o empobrecimento do operariado da frente

agrária, desprovido de terras, alimenta uma migração constante aos centros urbanos em industrialização progressiva.

Para Monbeig, uma espécie de colonização de povoamento, com enraizamento mais efetivo do sitiante no solo, vai se construindo nas brechas do sistema capitalista e nos seus momentos de crise. O êxodo para a cidade é a expressão direta de um breve e temporário fechamento da fronteira agrícola, uma crise no pioneirismo. Antes disso, são as crises econômicas e pedológicas que tornam o processo de modernização do território brasileiro um misto entre uma colônia de exploração e uma colônia de povoamento. Na verdade, a colonização de povoamento age na brecha, nos períodos críticos, da colonização de exploração. Essa disputa por espaço, esse vaivém de culturas, com seus pontos de força, é verificado aqui. É como se as forças em jogo, entre uma colonização de povoamento, que tem o seu eixo de força na cidade, e uma colonização de exploração, que tem seu eixo de força na zona pioneira, disputassem um espaço vital, com avanços e recuos dos dois tipos de colonização, mediadas pelas crises econômicas e pedológicas. Por fim, chegamos à última etapa do pensamento de Monbeig sobre o processo de desenvolvimento do Brasil: uma etapa de construção de um pensamento projetivo.

A dinâmica geográfica do desenvolvimento na frente pioneira: um pensamento projetivo em diálogo com as ideias da CEPAL?

Como se daria o processo de desenvolvimento, segundo Monbeig? Apesar de haver uma resposta possível a esta pergunta quando analisamos a obra de Monbeig, seu pensamento foi relativamente afastado das formulações de uma das principais escolas brasileiras de economia: a dos economistas estruturalistas, históricos e sistêmicos, como Celso Furtado, que se desenvolveu no seio da CEPAL. Enquanto os cepalinos explicam o cerne do processo de desenvolvimento através da retomada do Brasil de seus poderes de decisão, Pierre Monbeig lembra da questão da fronteira na importância da estabilização da sociedade brasileira. Com efeito, um melhor aproveitamento do meio, segundo Monbeig, só se daria quando houvesse um “fechamento” da fronteira, na sua concepção de frente de avanço dinâmico. Acrescentamos que o êxodo só poderá finalmente estabilizar-se na cidade com o nascimento de um mercado para a indústria nacional.

"O problema da conservação das riquezas naturais, e da restauração das regiões envelhecidas é agora encarado pelos meios urbanos, como pelos plantadores clarividentes. (...) Virá a desenhar-se uma espécie de retorno da marcha pioneira, por uma renovação do povoamento e uma retomada da agricultura nas velhas zonas? Não é de rejeitar essa eventualidade. (...). Mas tal renascimento só poderá vir depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites." (MONBEIG, 1984, [1952], pp. 391-392).

Apesar de não reconhecidas dessa maneira pelos principais intérpretes, as análises de Pierre Monbeig vão ao encontro a uma das mais importantes leituras da economia política do Brasil, produzida pela Cepal nesta mesma época. Monbeig se destaca dessa corrente ao assinalar que o processo de industrialização fora estimulado pelo crescimento urbano, dando feições essencialmente geográficas à análise. Suzigan resume alguns aspectos do pensamento da CEPAL que julgamos estarem em concordância com o pensamento de Monbeig.

"A base da doutrina econômica da CEPAL reside no padrão de relações de comércio exterior entre os países do centro (industrialização) e os países da periferia (América Latina). Esse padrão, segundo o argumento, criou uma divisão internacional do trabalho que impôs aos países da periferia a especialização na produção de produtos primários para exportação para os países do centro, os quais, por sua vez, supriam de produtos manufaturados os países da periferia. Dentro dessa divisão internacional do trabalho, o padrão de crescimento dos países periféricos era 'voltado para fora', isto é, o setor exportador era predominante no processo de crescimento da renda interna com a procura externa funcionando como o 'motor do crescimento'. Nos termos da economia política da CEPAL, o 'centro de decisão' da economia dos países periféricos ficava fora desses países, caracterizando-os como economias 'reflexas e dependentes'. A especialização na produção e exportação de produtos primários era incapaz de estimular o desenvolvimento industrial. Porém, a mudança para um novo padrão de crescimento 'voltado para dentro', somente seria possível através da industrialização. Essa mudança, de acordo com a doutrina da CEPAL, ocorreu à medida que as economias dos países periféricos se ajustaram aos sucessivos desequilíbrios externos causados pelos choques adversos da Primeira Guerra Mundial, da Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. No novo modelo de crescimento - voltado para dentro-, a variável endógena investimento industrial substituiu a variável exógena procura externa como principal fonte de dinamismo e crescimento. Com essa mudança, o centro de decisão da economia dos países periféricos foi transferido para dentro desses países. Assim, a industrialização traria mudanças não apenas econômicas mas também políticas e sociais." (SUZIGAN, 1986, p. 24).

Um prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo para o livro de João Manuel Cardoso de Mello, "O capitalismo tardio", também oferece outro excelente resumo das bases da contribuição da Cepal para compreensão do desenvolvimento brasileiro e nos possibilita um diálogo com a obra de Pierre Monbeig. O trabalho

clássico do estudo cepalino foi publicado em 1949 sob o nome de *Estudio Economico da América Latina*, três anos antes de Monbeig defender sua tese. De acordo com este estudo, o bloqueio para a constituição de uma nação brasileira independente residia no seu papel de quase exclusiva fornecedora de matérias primas, a partir de uma divisão internacional do trabalho em que o Brasil se inseria como economia periférica.

A situação periférica do Brasil ganhou expressão, sob a pena de Monbeig, na ideia de que o Brasil se situaria como uma economia anexa aos países de clima temperado, conclusão que Caio Prado Jr já teria antecipado. Do ponto de vista da Cepal, isso se exprimia no fato de que os centros de decisão da economia brasileira se encontravam externos a ela (MELLO apud BELLUZO, 1982, p. 10). Tal como Monbeig via uma saída para independência brasileira no crescimento da industrialização *urbana*, os estudiosos da Cepal asseguravam que só com a industrialização se poderia converter o centro de decisão da economia nacional para o interior do próprio país.

“A indústria traz em si um elemento dinâmico que a produção primária não possui em grau comparável. A produção primária, como seu nome indica, abrange as primeiras etapas do processo produtivo, enquanto a indústria compreende as etapas subsequentes. Devido a esta posição relativa de ambas as atividades, o aumento da atividade industrial fomenta a atividade primária; esta, ao contrário, não possui o poder de estimular a atividade industrial”. (BELLUZO, 1982, pp. 14-15).

Esta situação que tem, de um lado, economias industrializadas e, de outro, economias exportadoras de produtos primários, gerava um processo que os cepalinos chamaram de “deterioração das relações de troca” e que se explicava pela lentidão que o mundo industrial em países periféricos absorviam o excesso da população dedicada às atividades primárias, que, possuindo relativa abundância, tanto pela sua situação como região periférica, como pelo tipo de trabalho ao qual se dedicavam, pressionavam os salários para baixo, seguidos pelo preço dos produtos primários, enquanto, no mundo metropolitano industrial, o investimento técnico crescente pressionava os preços dos produtos industriais para cima (BELLUZO, 1982, pp. 15-16). Quais eram, então, para os cepalinos, os gargalos do desenvolvimento e da industrialização brasileiros?

Segundo Belluzo, seriam três: uma extrema associação ao mercado mundial que o tornava refém de uma demanda instável (“a industrialização periférica esbarra, ademais, no desequilíbrio entre as técnicas importadas e a relativa fragilidade da demanda [BELLUZO, 1982, p. 18]); uma mão de obra empobrecida, em que os

rendimentos dos salários compunham uma ínfima população com poder aquisitivo, que barateavam os preços dos produtos primários e não constituíam mercado interno sólido; uma enorme defasagem técnica que tende a concentrar o ganho de produtividade dos produtos industriais sempre no centro e que proporciona termos desiguais de troca no âmbito da economia mundial “em outras palavras, há uma tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais, e o mecanismo pelo qual isto se dá é a deterioração das relações de troca.” (BELLUZO, 1982, p. 16).

Pierre Monbeig examinou vários dos elementos que vão aparecer nessas análises, inclusive o da defasagem técnica, ao falar sobre a mecanização das fazendas. De outro lado, algo que fora aparentemente pouco lembrado pelos cepalinos foi a importância da malha ferroviária como articulador do mercado regional, a que Monbeig gostava de se referir como um estímulo à estabilidade de populações em regiões que envelheciam. Vale lembrar, ainda, que, tal como os cepalinos, Monbeig também localizara um esboço de ruptura do dinamismo periférico como que tendo se dado depois da primeira guerra mundial, com o crescimento acelerado da industrialização e da urbanização da cidade de São Paulo.

Contudo, é claro que a Cepal não ressaltou o lado geográfico deste processo, como a importância do fechamento da fronteira, no seu sentido de avanço dinâmico da colonização, para o salto definitivo da industrialização urbana, do uso mais diligente da terra, da preservação do ambiente e do direcionamento do êxodo rural, entre outros elementos, ainda que saibamos que a Cepal via na expansão da lavoura cafeeira o primeiro dínamo do processo de industrialização (MELLO, 1991). Assim, se a balança não pendesse definitivamente para a demanda urbana, esse processo jamais se completaria. Que não se conclua, contudo, que o processo de industrialização do Brasil é uma consequência direta do sistema agroexportador. Na verdade, fora necessário um amplo esforço de construção do Estado Nacional para que a produção industrial permitisse de fato um salto qualitativo da economia brasileira.

Como vimos, Monbeig também se tornou consciente de que o processo de urbanização era uma consequência *indireta* da expansão da monocultura cafeeira. A urbanização de São Paulo se faz com capitais nacionais e estrangeiros e se baseia, sobretudo, sob a demanda de um mercado interno, e não externo. Para Monbeig, era o mercado interno que tanto fazia falta na estrutura capitalista brasileira. Em sendo assim,

a marcha de expansão da fronteira agrícola construía progressivamente as condições para inverter a preponderância do mercado externo.

Enfim, as análises de Monbeig são convergentes a essa literatura. De acordo com ele, parece ser justamente a partir da década de 20 que a agricultura paulista começa a sentir o fechamento da fronteira na franja pioneira. O café atingira seu limite. O êxodo se dirige à cidade. Será preciso intensificar os métodos, cuidar da terra, frente a uma demanda urbana, crescente e diversificada, e, principalmente, cada vez mais hegemônica. Com a proteção do Estado, outro produto passa a representar, como também salientou Monbeig, o processo de constituição de um novo padrão de acumulação do território brasileiro, pautado pelo crescimento urbano: o algodão. Sendo plantado no começo em áreas desprivilegiadas, o algodão vai ganhando cada vez mais espaço. Não é à toa, frente a este contexto, que Pierre Monbeig tenha notado que o algodão era cultivado, geograficamente, como um produto em concorrência com a plantação do café. Na verdade, ele representava outro padrão de acumulação, voltada para dentro do país.

De um ponto de vista geográfico, Monbeig demonstrou que todas estas mudanças estavam ligadas às demandas do mercado nacional, mas, principalmente, eram subsidiárias ao fechamento da fronteira na franja pioneira: “A franja pioneira atingia seus limites no momento que Pierre Monbeig chega [no Brasil]: que belo tema de pesquisa para um geógrafo [tradução da autora] (DRESCH, 1991, s/p). O fechamento da fronteira agrícola determina uma reviravolta em favor da urbanização e o movimento exato em que o centro de decisão da economia brasileira volta-se para dentro, para falar nos termos da Cepal. A não ser que os capitalistas encontrassem outra forma de abrir novamente a fronteira, o Brasil poderia entrar, então, num processo de desenvolvimento, quiçá até sustentável. A fronteira aberta, com ascensões e quedas sociais rápidas e deslocamentos horizontais em perspectiva não permite, ademais, uma estabilização social: “solidariedade [entre a cidade e a franja pioneira] com uma civilização que não pode cristalizar seus traços até que ela atinja suas fronteiras geográficas” (MONBEIG, 1953, p. 5 [tradução da autora]). O fechamento do espaço brasileiro coincide com seus processos de interiorização do comando da economia, com o avanço da colonização de povoamento, estimulada pela urbanização, com o

crescimento da pequena propriedade, da agricultura de subsistência e mercantil, entre outros.

“A ação do homem é nociva aos solos, tanto pela eliminação da floresta como pelo emprego cada vez maior do arado. Portanto, é lógico limitar umas e outras práticas, utilizar instrumentos simples, organizar uma espécie de rotação entre as culturas e a floresta e cultivar plantas com raízes longas, que contribuam para manter a circulação dos sais, das camadas profundas para a superfície. (...) Assim, o problema colocado pela intervenção desordenada dos homens só pode ser resolvido pela sua ação consciente e cientificamente organizada. Até agora houve descuido, mas eis que se divisa o final dos espaços ilimitados e, então, é tempo de o pioneiro ceder a vez ao agricultor.” (MONBEIG, 1984, [1952], pp. 91-92).

Para Monbeig, num primeiro momento, é a urbanização que dá origem à industrialização, e não o contrário. E ainda antes disso, quem estimulou a urbanização foi a franja pioneira. Contudo, em dado momento, a industrialização e a vida urbana passam a inverter a balança das forças: “Uma indústria urbana nasce a partir da economia rural, que, pelas suas origens e por suas tendências, fornece à cidade forças inesperadas” (MONBEIG, 1953, p. 50 [tradução da autora]). O campo passa a produzir de acordo com a demanda da indústria. O algodão, enquanto produto agrícola, é a expressão dessa transformação radical por que passa a região paulista.

Enfim, será preciso ressaltar que Monbeig não vê o crescimento acelerado da urbanização sem ressalvas. Ele alerta sobre a possibilidade de um novo desequilíbrio: o esvaziamento do campo (MONBEIG, 1953, p. 88-89). Segundo o modelo que apresentamos, isso não romperia novamente o equilíbrio do mercado interno, em que se vêm integradas as demandas da cidade em relação ao campo? Se a cidade cresce em demasia, sem que a produção da zona pioneira próxima acompanhe esse crescimento, rompe-se o equilíbrio regional do conjunto do Brasil.

Apesar dessas evidências, por que Pierre Monbeig não é considerado um teórico do desenvolvimento? Pierre Monbeig construiu uma geografia vidaliana da colonização e *voltada ao* problema do desenvolvimento prene de cruzamentos intelectuais e condizendo com as próprias exigências heurísticas do território brasileiro. A questão da solução das questões práticas no interior de uma abordagem sobre os processos de crescimento econômico não apontavam, na França, para um processo necessário de refundação das bases geográficas de uma sociedade nesse momento, como ocorreu no Brasil. Ao mesmo tempo, Monbeig não foi o artífice de um deslizamento

total da geografia francesa para uma geografia do desenvolvimento, com uma teoria e um campo autônomo de pesquisas. Por quê?

Conclusões

Segundo os teóricos da descrição, citados por Jean-Marc Besse, a descrição é um “tipo de explicação” de uma “teoria aberta”, que acompanha um percurso (BESSE, 2003). A geografia de Monbeig é uma geografia regional, e, portanto, descritiva. O pensamento de Monbeig sobre o desenvolvimento não tem a ambição de ser uma teoria ou um modelo, mas tem vocação para tanto. Possui um impulso interno a essa problemática sem para isso desenvolver uma teoria com base nela. Todas essas características podem muito bem ser consideradas como velhos impasses epistemológicos da geografia, o que dificulta uma classificação contundente do pensamento de alguns geógrafos que não carregue uma ambiguidade intrínseca. Julgamos que algumas características da visão de desenvolvimento do Brasil continuam pertinentes aos dias atuais tanto pelo caráter aberto dessa teoria quanto pelo fato de que a frente pioneira é uma realidade ainda atual no Brasil. Essa minha avaliação resta como uma hipótese. Gostaria de salientar especialmente o fato de Monbeig defender que o processo de desenvolvimento no Brasil só seria realmente impulsionado quando a frente pioneira atingisse um limite espacial, e as deslocções sociais constantes pudessem ser bloqueadas, além do esgotamento de recursos etc.

Se é verdade que Pierre Monbeig também construiu uma geografia voltada ao problema do desenvolvimento, por que não construiu uma geografia do desenvolvimento, uma teoria geográfica do desenvolvimento, como foi desenvolvida pela Cepal uma teoria econômica do desenvolvimento? Acreditamos que dois tipos de estudos são os que mais se destacam sobre a problemática do desenvolvimento: estudos críticos e materialistas de viés sistemático, como é o materialismo histórico, e estudos estruturalistas, que podem incorporar tanto uma visão de raiz sistemática como uma visão de raiz descritiva. Porém, tanto o materialismo histórico quanto o estruturalismo, em geografia, foram movimentos intelectuais tardios (DOSSE, 1991). Até que essas visões sejam plenamente sistematizadas, os discursos sobre o desenvolvimento restam subterrâneos à tradição descritiva, e acreditamos que isso também se verifica para o caso de Monbeig. Porém, em relação ao que estava sendo debatido na França,

acreditamos que o Brasil tenha vantagem cronológica neste debate, pelas próprias exigências do território e do contexto de formação sócio-espacial, o que lhe atribuiria um espaço que, pelas suas singularidades, teria reflexo sobre o processo de construção de um ponto de vista original no concerto das ciências.

Referências bibliográficas

AB'SABER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 8, 22, 1994.

ANDRADE, M. C. A Geografia Clássica. In: ANDRADE, M. C. *Geografia Ciência da Sociedade: Introdução à Análise do Pensamento Geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987, cap 6, pp. 63-80.

ANDRADE, M. C. de. Pierre Monbeig e o Brasil. In: THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991, cap 8, pp. 53-55.

Antonio Carlos Vitte, « Breves considerações sobre o papel de Pierre Monbeig na formação do pensamento geomorfológico uspiano », *Confins* [En ligne], 11 | 2011, mis en ligne le 27 mars 2011, consulté le 20 février 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/6954> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.6954>

BESSE, Jean-Marc. *Les grandeurs de la Terre*. Aspects du savoir géographique à la Renaissance. Lyon : ENS, 2003, 420p.

BRAY, S. C. O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40. *Revista de Geografia* (São Paulo), vol. 2, 1983, pp. 83-90.

CARRUPT, Roland. Fernand Maurette (1878-1937), de la géographie économique à l'expertise internationale. In: CLERC, Pascal; ROBIC, Marie-Claire. *Des géographes hors-les-murs? Itinéraires dans un MONde en mouvement (1900-1940)*. Paris: L'Harmattan, 2015, pp. 69-98.

CLAVAL, P. Henri Hauser et la géographie. In : MARIN, S.-A.; SOUTOU, G.-H. (dir.). *Henri Hauser (1866-1946) : Humaniste, historien, Républicain*. Paris : PUPS, 2006, pp. 41-68.

DELFOSSÉ, C. Emmanuel de Martonne, tisseur de réseaux internationaux de géographes. In: BAUDELLE, G.; OZOUF-MARIGNIER, M.-V.; ROBIC, M.-C. *Géographes en pratiques (1870-1945) : le terrain, le livre, la cité*. Rennes: Presses Universitaires, 2001. cap. 12, pp. 189-206.

DELFOSSÉ, C. Le rôle des institutions culturelles et des missions à l'étranger dans la circulation des idées géographiques. L'exemple de la carrière de Pierre Deffontaines (1894-1978). *Finisterra*, Lisboa, vol. 33, n.65, p. 147-158, 1998.

DUARTE, Rildo Borges. *Incógnitas geográficas*. São Paulo: Alameda, FAPESP, 2013.

FERNANDES, F. M. Pierre Monbeig e o Brasil: texto e contexto. *Revista de Geografia*, São Paulo, 1, p. 1-6, 2011.

GINBURGER, N. *La guerre, la plus terrible des érosions*. Cultures de guerre et géographes universitaires Allemagne-France-Etats-Unis (1914-1921). Tese (Doutorado). Université Paris-Ouest- La défense, Paris, 2010.

GREGORY, Derek. Cultures of Travel and Spatial Formations of Knowledge. *Erdkunde*, Bd. 54, H. 4, Oct. - Dec., 2000, pp. 297-319.

IUMATTI, P. O percurso para o 'sentido da colonização' e a dinâmica da historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX. In: IUMATTI, P.; SEABRA, M.; HEIDEMANN, H. D.. *Caio Prado Jr e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, cap 2, pp. 127-167.

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação*. Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEMO, A. I. G.; GALVANI, E. [orgs.]. *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig*. Buenos Aires, São Paulo, CLACSO, 2009, pp. 193-212.

LIRA, Larissa Alves de. *O Mediterrâneo de Vidal de la Blache*. São Paulo : FAPESP, Alameda, 2013.

LIRA, Larissa Alves de. *Pierre Monbeig e a Formação da Geografia no Brasil : uma geo-história dos saberes*. São Paulo : FAPESP, Alameda, no prelo.

LIVINGSTONE, D.. N. *Putting Science in its Place: Geographies of Scientific Knowledge*. London, Chicago: The University of Chicago Press, 2004, 234p.

MAGDA, Holan Yu Chang. *O padrão de inserção internacional da economia brasileira entre 1945 e 1980: Uma análise da interação entre política econômica e política externa*. Instituto de Estudos Brasileiros (dissertação de mestrado), 2014.

MONBEIG, P. [1941] O Estudo Geográfico das cidades. In: MONBEIG, P. *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957, pp. 33-77.

MONBEIG, P. [1952]. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984, 392p.

MONBEIG, P. O homem e as riquezas naturais. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, LXXIII, pp. 79-86, 1942a.

ORAIN, O. Les 'post-vidaliens' et le plain-pied du monde. Pour une histoire de la géographie. In : LÉVY, J. ; LUSSAULT, M. (dirs.) *Logiques de l'Espace, esprit des lieux*. Géographies à Cerisy. Paris : Belin, 2000, cap. 6, pp. 93-109.

ROBIC, M. C. Les petits mondes de l'eau : le fluide et le fixe dans la méthode de Jean Brunhes. *L'espace géographique*, Paris, n. 1, pp. 31-42, 1988.

SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

SANGUIN, André-Louis. *Vidal de la Blache: un génie de la Géographie*. Paris: Belin, 1993.

SMITH, Neil. *American Empire: Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 2003.

VASCONCELOS, V. V.; HADAD, R. M.; MARTINS JUNIOR, P. P. Pierre Monbeig: da escola regionalista francesa às frentes agropecuárias brasileiras. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 6., n. 4, pp. 41-60, 2012.

VELUT, S. Pierre Denis e a Geografia da América do Sul. In: LEMOS, A. I. G.; GALVANI, E. [orgs.]. *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig*. Buenos Aires, São Paulo, CLACSO, 2009, pp. 193-212.

WOLFF, Denis. Albert Demangeon (1872-1940). *De l'école communale à la chaire en Sorbonne, l'itinéraire d'un géographe moderne*. Tese (Doutorado). Université de Paris I, UFR de géographie, soutenu en 4 avril 2005, 4 vols.

ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019:

Onde se lia:

“Julho – Dezembro de 2019 vol. 27 - nº 2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 27 nº 2(Jul-Dez) 2019 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2019”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 15 nº 2 (Jul-Dez) 2019 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2019”

- No artigo *O Brasil, Pierre Monbeig e a geografia do desenvolvimento, de autoria de Larissa Alves de Lira*, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No artigo *Os estudos geomorfológicos no Brasil: evolução teórica e metodológica*, de autoria de Maria Dione do Nascimento Oliveira e Maria Ivete Soares de Almeida Almeida, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No artigo *Recreação de contato secundário em lagos urbanos caso da Lagoa da Pampulha*, de autoria de Frederico Azevedo Lopes, Juliana Souza Silveira, Andrea Coelho Leite, Júlia Piazzi e Natalia Isabel de Azevedo Lopes, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No artigo *Efeitos do mercado institucional Programa Nacional de Alimentação Escolar: PNAE no fortalecimento da agricultura familiar camponesa em Itapicuru/BA*, de autoria de Murilo Mateus Soares de Matos e Sônia de Souza Mendonça Menezes, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No artigo *Ordenamento territorial e áreas protegidas um olhar sobre o processo de criação da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, MG, Brasil*, de autoria de Altair Sancho-Pivoto, publicado na revista *Geografias*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No artigo *Ordenamento territorial e áreas protegidas um olhar sobre o processo de criação da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, MG, Brasil*, de autoria de Altair Sancho-Pivoto, publicado na revista *Geografias*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No artigo *Modelling drivers of Atlantic Forest dynamics using geographically weighted regression*, de autoria de Juliana Leroy Davis, Carolina Guilen Lima, Ricardo Alexandrino Garcia e Bárbara Alves Nascimento, publicado na revista *Geografias*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No artigo *Potencial de uso conservacionista em bacias hidrográficas estudo de caso para a bacia hidrográfica do rio Gualaxo do Norte - MG*, de autoria de Adriana Monteiro da Costa , Hugo Henrique Cardoso de Salis , Bárbara Janine Reis Silva Araújo , Maíse Soares de Moura , Victor Cordeiro da Silva , Amanda Ribeiro de Oliveira , Max Paulo Rocha Pereira e João Herbert Moreira Viana, publicado na revista *Geografias*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”

- No documento *Teses defendidas no Programa de Graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2019*, publicado na revista *Geografias*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.2, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 2, jul./dez. 2019”